

ACTA NÚMERO 64

ACTA DA V SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ANO DE DOIS MIL E DEZ, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ.

— Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, em Benavente, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, iniciou-se a V Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, pelas catorze horas e cinquenta minutos. —

— O **Presidente da Assembleia** confirmou a **verificação de quórum**. Seguiu-se a **chamada** dos autarcas, tendo-se registado a presença dos seguintes: Carlos Alberto Salvador Pernes, Presidente da Mesa, Manuel Luís Gutierres de Matos, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, Sílvia Arminda Calado Frazão, Nelson Pinheiro da Silva Lopes, Paulo Jorge Custódio Pinto, Fátima Vera Gameiro da Silva, Joaquim Salvador Rodrigues Oliveira, Emília Felismina Marujo e Joaquim Luís Lopes Catarino, todos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, Dora Isabel Lúcio Morgado, Sónia Patrícia da Silva Ferreira e Nuno Manuel David Ganhão Vieira, eleitos pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, Joaquim Manuel Louro Cabeça, Bernardo António Serra Palheta e Vânia Sofia Semeano Castanheiro, eleitos pelo Partido Socialista, Hélder Manuel de Oliveira Agapito, do Bloco de Esquerda e Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Netto, eleita pelo Centro Democrático Social/Partido Popular. Estiveram também presentes, os membros natos da Assembleia, Maria Leonor Carapinha Rodrigues Parracho Domingos, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, eleitos pela Coligação Democrática Unitária, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo Partido Socialista. Registou-se a falta inicial de Carlos Orlando Mendes Pauleta, eleito pela Coligação Democrática Unitária. Registou-se, ainda, a falta devidamente justificada de Irina Nöel Matias Batista, Segunda Secretária da Mesa, eleita pela Coligação Democrática Unitária, e António José Bastos de Oliveira Martinho, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. —

— Foram chamadas para integrar a Mesa da Assembleia e secretariar os respectivos trabalhos, as autarcas Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro e Emília Felismina Marujo, ambas eleitas pela Coligação Democrática Unitária. —

— **Os trabalhos iniciaram-se, assim, na presença de vinte e três autarcas.** —

— O **Presidente da Assembleia** chamou a atenção dos autarcas para a **documentação constante das respectivas pastas individuais**, mencionando sumariamente a **correspondência recebida e expedida** e pôs a mesma a consulta dos autarcas. —

— Seguiu-se a **apreciação e a aprovação da Acta da IV Sessão Extraordinária da Assembleia do ano de dois mil e dez**, de vinte e nove de Setembro, solicitando o Presidente da Mesa, ao plenário, a dispensa da respectiva leitura, o que foi aceite por consenso. Na discussão do teor da acta intervierem **Dora Morgado e Nelson Lopes** que apontaram as seguintes rectificações: —

— **Dora Morgado:** na página quatro, no final do segundo parágrafo da sua intervenção, deve acrescentar-se *“lamentando a fraca divulgação que foi dada ao evento.”*; —

— **Nelson Lopes:** na página quinze, terceira linha da sua intervenção, retirar *“apontado em caso de confirmação a”*, e substituir por *“sugerindo a actual”*, —

— as quais foram aceites pela Mesa, após o que **a Acta foi votada e aprovada por unanimidade.** —

— O **Presidente da Assembleia** recordou, que era costume, após a sessão do órgão deliberativo que antecedia o Natal, a Assembleia Municipal convidar todos os seus membros para um jantar, constituindo uma jornada de confraternização que, ao longo dos anos, foi sempre um convívio salutar entre os autarcas. Referiu que, contudo, atendendo à situação socioeconómica que se atravessa, foi opinião unânime que se manteria o jantar previsto, embora cada membro custeasse a sua própria refeição. —

— Nesta altura da sessão apresentou-se, para nela participar, o autarca Carlos Orlando Mendes Pauleta, eleito pela Coligação Democrática Unitária, tendo os trabalhos continuado na presença de vinte e quatro autarcas. —

— De seguida, o **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da sua Saudação aos trabalhadores municipais aposentados, que se transcreve: *“Nos últimos meses, temos assistido à aposentação de vários trabalhadores da Câmara Municipal de*

Benavente, fruto das medidas anunciadas pelo Governo, e que penalizam gravemente aqueles que durante uma vida serviram a administração pública. Como presidente da Assembleia Municipal de Benavente, gostaria de deixar aqui o reconhecimento público a todos os trabalhadores que se aposentaram, agradecendo o contributo que deram ao nosso concelho e aos cidadãos que beneficiaram do seu trabalho. Permitam-me que aponte aqui publicamente um exemplo de um profissional digno com enorme dedicação à causa pública e elevado espírito de serviço, o engenheiro Mário Jorge Cardoso Barcelos que se aposentou no final de Outubro depois de mais de três décadas de serviço. Mário Jorge Barcelos foi um técnico com elevado sentido de responsabilidade e um líder respeitado. Cessou funções como director do Departamento Municipal de Obras, Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos do Município de Benavente depois de um longo percurso onde não se limitou a ser um funcionário público cumpridor dos ofícios, mas foi também um servidor das causas públicas no apoio incondicional às associações e instituições do nosso município que solicitaram a sua colaboração. Mesmo depois de aposentado assumiu o compromisso de continuar a acompanhar a obra do quartel dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia na qual foi um técnico empenhado desde os primeiros passos do projecto. O Eng.º Mário Jorge Barcelos continua a fazer o acompanhamento dos projectos de candidaturas que concebeu no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), trabalhando com a mesma motivação, mas sem remuneração.”—————

— O **Presidente da Assembleia** iniciou, então, o **Período de Antes da Ordem do Dia**, com a recepção na Mesa, apresentados por diversas forças político-partidárias com assento na Assembleia, de sete documentos, mencionando que a sua leitura deveria ser feita por cada um dos proponentes, após as intervenções iniciais dos autarcas e respectivas respostas do Presidente do Executivo Municipal. —————

— **Dada a palavra ao plenário da Assembleia, inscreveram-se os seguintes autarcas: Margarida Netto, Leonor Parracho, Dora Morgado, Vânia Castanheiro e Nelson Lopes.** —————

— **Margarida Netto** referiu na sua intervenção os seguintes assuntos: **1.** Intervenção levada a efeito pela empresa intermunicipal “AR - Águas do Ribatejo” na Rua Francisco Calheiros Lopes, em Benavente, os buracos foram tapados mas, entretanto, o alcatrão abateu muito, questionando quem vai resolver aquele problema; **2.** Locais sem fornecimento de água há cerca de quinze dias, durante três a quatro horas, tendo

os serviços administrativos da empresa intermunicipal “AR - Águas do Ribatejo” sediados em Benavente, alegado que a culpa seria da EDP. Os consumidores estão muito descontentes e admitem a possibilidade de organizar uma manifestação junto às instalações daquela empresa intermunicipal. —————

— **Leonor Parracho** informou, enquanto Presidente da Junta de Freguesia e membro da Comissão de Utentes do Concelho de Benavente, do caminho percorrido por aquela Comissão até à presente data. Referiu, que a Comissão de Utentes do Concelho de Benavente foi criada em seis de Outubro do ano em curso e é constituída por utentes representativos de todas as freguesias do concelho, com o objectivo de ajudar e apoiar as populações na luta pelos seus direitos constitucionais, nomeadamente na área da saúde. Mencionou, que os primeiros números da Comissão registavam seis mil, setecentos e setenta e dois utentes sem médico de família no concelho, sendo que, entretanto, sem médico na Freguesia de Santo Estêvão e com o encerramento da Extensão de Saúde do Biscainho, que também servia a população de Foros da Charneca, a situação agravou-se e, actualmente, existem perto de mil utentes sem médico de família, dos quais cerca de metade se encontram em lista de espera para consulta. Acrescentou, que também o Serviço de Atendimento Permanente, que abrange uma população de cerca de cinquenta mil pessoas, incluindo os concelhos de Benavente e Salvaterra de Magos, apesar de recorrer, durante o período diurno, a médicos contratados por uma empresa de trabalho temporário, não funciona ou funciona mal, prestando muitas vezes um serviço que não responde às necessidades dos utentes que ali se dirigem em busca de socorro. Disse, que na tentativa de fazer ouvir a voz daqueles cidadãos, que ainda por cima são em maioria idosos e reformados com reformas mínimas, sem possibilidade de transporte para se deslocarem e outros ainda com fracos recursos económicos, foram desenvolvidas pela Comissão, algumas acções que irão continuar, até que da parte do Ministério da Saúde sejam encontradas respostas para aquele grave problema das populações do concelho de Benavente. Concluiu, afirmando que a Comissão de Utentes do Concelho de Benavente não só não aceita o encerramento definitivo da Extensão de Saúde do Biscainho, que também, serve a população do lugar de Foros da Charneca, como defenderá uma Saúde de proximidade, que dê mais conforto, segurança e acessibilidade aos utentes, na sua maioria idosos sem transportes públicos que os sirvam nos percursos e horários adequados. —————

— **Dora Morgado** abordou na sua intervenção os seguintes assuntos: **1.** Procedeu à leitura da Avaliação do Seminário “Associativismo: Que Futuro?”, documento aprovado na última reunião da Comissão Permanente de Educação, Cultura, Juventude, Tempos Livres, Desporto, Informação e Novas Tecnologias da Assembleia Municipal de Benavente, realizada no dia treze de Outubro do ano em curso, considerando aquela Comissão Permanente que a Avaliação deve ser enviada ao Executivo da Câmara Municipal de Benavente, Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Desporto e aos oradores presentes no Seminário; **2.** Estado dos Centros Escolares de Benavente e de Samora Correia, nos quais ocorreu a queda de pedras aplicadas nos alçados, questionando acerca do ponto da situação; **3.** Estado lamentável das ruas de Samora Correia, fruto da obra levada a cabo pela EDP, pedindo a opinião do Executivo a esse propósito; **4.** Sérias dificuldades financeiras dos municípios do concelho, sendo que, adivinhando-se um ano difícil de muitos cortes e muito desemprego, e tendo tomado conhecimento que está prevista a criação do Banco de Voluntariado através da acção social da Câmara Municipal, considerou que os membros da Assembleia poderiam contribuir, chamando as pessoas a ajudar quem mais precisa. Chamou a atenção, que foi já implementado o projecto “Direito à Alimentação”, cujo objectivo é facultar alimentos dos serviços de restauração da área do Município a associações, podendo a Câmara Municipal contribuir, também, com os excedentes dos refeitórios escolares. Acrescentou, que embora até há bem pouco tempo não fosse legal oferecer aqueles alimentos a quem mais precisa, a situação mudou, e gostaria de partilhar com todos a sua preocupação relativamente à população.

— **Vânia Castanheiro** abordou na sua intervenção os seguintes assuntos: **1.** Afirmou, que como autarca e mulher, se sentiu na obrigação de lembrar que no dia vinte e cinco de Novembro se assinalou o Dia Internacional contra a Violência Exercida Sobre as Mulheres, salientando o facto de no ano em curso terem morrido, vítimas de violência doméstica, trinta e nove mulheres. Considerou imperativo não baixar os braços na luta contra aquele crime, um flagelo social e um atentado contra a reiterada violação dos direitos humanos, de desrespeito pelos princípios fundamentais de igualdade, segurança, liberdade, integridade e dignidade de todos os seres humanos. Referiu, que no dia dez de Dezembro foi aprovado o IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica, para o triénio de 2011-2013, destacando, de entre as

cinquenta medidas tomadas, a necessidade de envolver os Municípios na prevenção e combate à violência doméstica. Concluiu, sugerindo ao executivo camarário a criação de um gabinete de apoio às vítimas de violência doméstica, com as funções de ouvir as vítimas, aconselhá-las e, acima de tudo, protegê-las de outros eventuais ataques à sua pessoa e à sua dignidade; **2.** Tendo sido aprovada na III Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte e nove de Junho, a proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, questionou acerca da razão do atraso na tomada de posse dos elementos que integrarão aquele Conselho Municipal, e se já está agendada uma data para a mesma, atendendo a que o Município de Benavente tem sido alvo duma crescente insegurança, nomeadamente com a recente ameaça de bomba na Escola EB 2,3 Duarte Lopes, ainda que tudo indique que se tratou apenas duma brincadeira de mau gosto. _____

— **Nelson Lopes** abordou na sua intervenção os seguintes assuntos: **1.** Situação da saúde pública no Município de Benavente, referindo a notícia publicada no semanário regional “O Mirante”, que dá conta da existência de vários relatos de que os médicos que prestam serviço no Serviço de Atendimento Permanente adormecem durante as consultas. Pensa que não há tempo a perder, sendo necessário tomar medidas relativamente à situação, porquanto um médico que dá consultas naquelas circunstâncias, não pode fazer um bom diagnóstico e passar a medicação correcta, fazendo um atendimento que não é aquele que os doentes merecem. Referiu, que ele próprio já foi confrontado com a situação dum medicamento receitado indevidamente, tendo sido a farmacêutica que alertou que a criança não podia tomar aquele medicamento, sob pena de sofrer consequências muito graves. Disse, que não se está a falar de mecânicos, que já de si seria grave, mas de médicos, tendo que ser tomadas medidas imediatas e, se necessário for, suspender, temporariamente, o Serviço de Atendimento Permanente, pois considera preferível ser atendido num serviço de urgência, do que por um médico que não está em condições de fazer o atendimento aos doentes. Manifestou-se solidário com as entrevistas que são dadas à comunicação social e com a luta da Comissão de Utentes, mas mais ainda com os doentes. Disse não estar preocupado com o facto de que a Senhora Ministra da Saúde não atenda os autarcas, achando que têm de ser tomadas medidas de força, que permitam vincar o descontentamento de todos, sob pena de um dia destes se lamentar uma tragédia que poderia ter sido evitada, se não se perdesse demasiado tempo com

outras situações colaterais; **2.** Dificuldades impostas pelos sucessivos Programas de Estabilidade e Crescimento, fazendo referência à reunião que a Câmara Municipal teve, no período da manhã, com os seus trabalhadores, na qual foi descrito o cenário actual e abordadas várias questões, sendo que uma delas o deixou ficar apreensivo, preocupado e com alguma ansiedade, que tem a ver com o facto de, devido aos cortes, o Senhor Presidente da Câmara não poder acumular o salário de Presidente com a sua reforma. Mencionou, que o Senhor Presidente da Câmara já anteriormente optara pela sua reforma, recebendo apenas um terço do salário de Presidente, e disse crer que o Senhor Presidente da Câmara custa ao erário público menos de mil euros mensais, havendo muitos técnicos superiores, alguns com produtividade questionável, que auferem um vencimento superior àquele pelo serviço que prestam, ou não, ao Município. Acrescentou, que perante a realidade actual, o Senhor Presidente disse que vai ter que optar e, portanto, terá que reflectir nos tempos mais próximos se ficará com o vencimento de Presidente ou se vai efectivamente beneficiar da reforma de professor e, naturalmente, não devendo ficar a trabalhar gratuitamente, deixar o Município. Pediu em seu nome pessoal, e crê que o poderá fazer também em nome da massiva votação que o Senhor Presidente da Câmara tem tido sucessivamente ao longo dos últimos trinta anos, que reflecta e, embora se trate obviamente duma decisão pessoal, tenha em conta o quanto o Município, e o próprio País, enquanto Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses durante vinte anos, precisa dele, porquanto embora seja certo que não há pessoas insubstituíveis, há umas com mais capacidade que outras. Disse não ter dúvidas que quem vier a seguir, dificilmente conseguirá fazer aquilo que tem sido feito, porque não fosse todo o trabalho desenvolvido para trás, hoje a Câmara Municipal de Benavente estaria com as dificuldades que a grande maioria dos Municípios tem, algumas delas do domínio público, outras ainda ocultas mas, efectivamente, muito graves; **3.** Bolsa de Mérito Professor Edgar Cruz e Silva, conceituado investigador natural de Samora Correia que faleceu recentemente, tendo sido criada pela sua família uma Fundação que vai entregar pela primeira vez no próximo sábado, dia dezoito, o prémio a Gonçalo Basílio Damas, estudante universitário. Considerou, que seria importante que os eleitos se fizessem representar naquela cerimónia, para lhe dar a devida importância e encorajar a família a continuar com o projecto de investimento em investigação científica, que

pode ser muito útil não só para o Município e para os seus estudantes, mas também para o País. —————

— Foi, então, dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para responder às intervenções antecedentes. —————

— Reportando-se à questão levantada pelas autarcas Margarida Netto e Dora Morgado, acerca das obras que estão a ser concretizadas pela empresa intermunicipal “AR - Águas do Ribatejo”, explicitou que estas têm a ver com o grande projecto de remodelação das redes de Benavente e Samora Correia, e interligação das mesmas ao depósito intermédio de Vale Tripeiro, que permitirá garantir o cumprimento da norma europeia de haver uma capacidade de reserva para quarenta e oito horas, do abastecimento de água para aqueles dois aglomerados habitacionais, e tal implica a construção não apenas da rede entre Benavente e Samora Correia, mas a sua posterior ligação aos vários depósitos elevados existentes, e que foram submetidos a obras de reparação e beneficiação de que careciam, justificáveis pelas mais diversas razões, nomeadamente a idade de alguns daqueles equipamentos, e a apresentação de alguns sinais de porosidade e aglomeração de depósito interno, situações que é necessário acautelar e tratar devidamente. Afirmou, que não há obra daquela natureza e com aquela dimensão, que não seja causadora de incómodos. Referiu, que após ter tido lugar uma primeira fase de reposição de pavimentos, verificaram-se os abatimentos, que são da responsabilidade do empreiteiro, sendo que a atenção da Câmara Municipal tem sido permanente relativamente às reclamações que lhe têm chegado por parte de vários munícipes. Disse poder afirmar, que após a entrega dum relatório fotográfico levado a efeito por funcionários da Câmara Municipal, com a indicação de locais perigosos para o trânsito de pessoas e bens, foi iniciada de imediato uma intervenção em Samora Correia, que está em curso, estando também prevista para breve, em Benavente, uma reposição de pavimentos nos locais onde houve abatimentos, sendo que há a responsabilidade do empreiteiro de, no final da obra, deixar os pavimentos em condições de circulação, com boa ligação aos pavimentos existentes, sem o perigo de abatimentos. Apelou à compreensão de todos, porquanto não há obras sem incómodos, e embora o papel principal cumpra à fiscalização da empresa intermunicipal “AR - Águas do Ribatejo”, a Câmara Municipal, enquanto accionista da empresa, está a ser exigente e a acompanhar permanentemente as reclamações justas dos munícipes, havendo, por parte da

estrutura técnica daquela empresa, a melhor resposta possível, bem como a mobilização quase imediata de meios por parte do empreiteiro, para ocorrer às situações mais complicadas. Reiterou, que se trata duma obra importantíssima para o futuro do concelho, em termos de abastecimento, e que tem sofrido alguns atrasos, que derivam de questões como a já referida pela autarca Margarida Netto, relativa a cortes no abastecimento de água. Informou, que quando os depósitos têm que ser reparados, tem que ser encontrado um sistema alternativo, sistema esse denominado de sobrepressão, que consiste na saída da água dos furos, tendo que ser injectada em depósitos, os quais garantem, então, a pressão da rede, de forma a que a água continue a chegar com um mínimo de pressão aos andares dos prédios. Contudo, com as condições atmosféricas que se têm verificado, há variações na tensão da rede eléctrica que serve os quadros que estão a abastecer de energia os sistemas sobrepessores, bastando uma diminuição da tensão, para que os *relais* protejam imediatamente o furo e a bomba e disparem, originando que haja cortes sistemáticos, e se não houver alguém que imediatamente dê sinal de proximidade, não há possibilidade de lá chegar e ligar de novo o botão para restabelecer a situação. Acrescentou, que se trata de situações inevitáveis e não se devem tanto à EDP, a quem apenas se pode imputar a responsabilidade das quebras de tensão e dos mini cortes que ocorrem. Referiu, que felizmente existe na área do Município, com excepção da freguesia da Barrosa, um sistema circular em rede de alta e média tensão, que permite, em caso de avaria num lado, o abastecimento, quase que automático, por outro. Contudo, só a presença dum funcionário em regime de permanência em cada um dos sistemas sobrepessores, poderia evitar as situações que ocorreram com frequência. Espera que os depósitos possam entrar em funcionamento com toda a brevidade, de modo a restabelecer o normal funcionamento e abastecimento às populações. _____

— Em resposta à autarca Leonor Parracho, disse que o trabalho da Comissão de Utentes do Concelho de Benavente é importante para a Câmara Municipal, mas não substitui a missão da Autarquia, nem a Autarquia pretende substituir o trabalho daquela Comissão de Utentes. Esclareceu, que a Câmara Municipal quis dar o espaço necessário à Comissão de Utentes para mobilizar e motivar, na sua relação de proximidade com a população, e sobretudo alertar a consciência dos cidadãos para a necessidade de participarem na luta em defesa do sistema de saúde e da saúde

pública. Afirmou, que a Câmara Municipal, não substituindo ninguém, nem interferindo no trabalho de quem quer que seja, não pode, nem deve deixar de cumprir com as suas obrigações para com a população, pelo que necessariamente, sem que tal possa parecer mal a quem quer que seja, vai efectuar diligências junto da Senhora Ministra da Saúde e da Administração Regional de Saúde, no cumprimento de decisões da Senhora Ministra da Saúde, no sentido de aferir se houve recuos nas promessas/compromissos assumidos, se o que foi dito é ou não verdade e se, de facto, vai ser colocado um médico no Porto Alto e outro, ainda que de recurso, em Santo Estêvão.

— Sobre os temas abordados pela autarca Dora Morgado, disse: **1.** Sentiu que houve algum descontentamento no seio da Comissão Permanente de Associativismo, pelo facto do Presidente da Câmara ter dito que os duzentos e cinquenta cartazes de divulgação do Seminário “Associativismo: Que Futuro?”, era capaz de ser um número elevado e talvez se pudesse poupar algum dinheiro nos mesmos, ao ouvir a autarca Margarida Netto, a quem encontrou a distribuir cartazes voluntariamente, quando poderia ter sido alguém da Câmara Municipal a fazê-lo, embora dignifique quem o fez, dando à população lições de motivação e mobilização para questões que são importantes. Afirmou, que com a sua preocupação, não teve qualquer intenção de diminuir o impacto que aquele Seminário deveria ter na mobilização de pessoas, não possuindo dados que lhe permitam aferir se foi pelo diminuto número de cartazes que não houve maior participação. No entanto, pelo que conhece e sabe, julga que aquele Seminário teve uma boa participação das colectividades e associações da área do Município, e até mesmo de municípios que, não integrando as colectividades e associações, quiseram acompanhar aquela iniciativa da Assembleia Municipal e da Comissão Permanente de Associativismo; **2.** Tendo ocorrido a queda de duas pedras da fachada do Centro Escolar de Samora Correia, o peso e dimensão das mesmas levou a Câmara Municipal a tomar, de imediato, todas as medidas cautelares para evitar que alguém que circulasse naquele espaço, pudesse vir a ser atingido pela queda fortuita duma pedra, dado que se apurou a existência duma anomalia, sendo que a cola utilizada não funcionou devidamente. Naquela sequência, para além de ter sido chamado de imediato o empreiteiro para lhe pedir responsabilidades, a Câmara Municipal pediu relatórios ao Instituto Superior de Qualidade e ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, dada a necessidade de obter a certeza de que as pedras

utilizadas no revestimento dos alçados dos Centros Escolares de Benavente e de Samora Correia têm segurança garantida e não vão causar nenhum problema no futuro, relatórios esses que, segundo a informação de que dispõe, estão em fase final de elaboração. Afirmou, que até a Câmara Municipal ter conhecimento de qual deve ser a intervenção a realizar por parte do empreiteiro, a quem é imputada a responsabilidade, serão mantidas as medidas cautelares adoptadas, pedindo a máxima compreensão de todos para o facto de que é dever dos autarcas, enquanto eleitos da população, garantir máxima responsabilidade para máxima segurança. **4.** Acerca do Banco de Voluntariado, considerou óbvio que a situação que se vive actualmente não pode desperdiçar ninguém de boa vontade, que queira colaborar com a Autarquia nos serviços essenciais a prestar aos mais desfavorecidos, as maiores vítimas da crise que o País está a atravessar. Disse, que a Câmara Municipal não vai criar nenhum serviço especial mas, outrossim, utilizar os serviços técnicos de que dispõe, virados para aquela área, para aceitar todo o trabalho voluntário e, em colaboração com as Juntas de Freguesia, poder encontrar o melhor modelo de chegar junto dos cidadãos. Referiu, que o esforço de aproximação está feito com as instituições privadas de solidariedade social da área do Município, que seguramente também não dispensarão todo o contributo, mas crê que é na articulação e na integração de quem trabalha nesta área, bem como nos voluntários, que poderão ser encontradas as melhores respostas para os problemas que se apresentam pela frente. Informou, relativamente ao aproveitamento das refeições escolares que, até à data, a lei impunha que fossem deitadas para o lixo, ainda que se tratasse de centenas de refeições inteiras e em excelentes condições de serem aproveitadas, que a ARESP, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades assinaram, no decurso da semana anterior, um protocolo que necessita de alguns mecanismos de operacionalização para que seja possível concretizar aquele objectivo, sendo que tudo o que é desperdício, irá ser aproveitado de acordo com as regras que vierem a ser implementadas e em articulação com as instituições privadas de solidariedade social, instrumentos fundamentais no conhecimento das famílias carenciadas e do aproveitamento destes recursos. Acrescentou, que aguarda apenas o conhecimento das regras que emanam da assinatura daquele protocolo, para proceder à implementação do mesmo no Município de Benavente e equacionar com os restaurantes da área o que será passível de aproveitamento. Afirmou, que é

necessário desmistificar a situação, na medida em que não se trata de aproveitar aquilo que os outros não querem, mas sim de aproveitar comida ou géneros que poderão ter um destino final que vai sobrecarregar os aterros sanitários, e que são alimentos de qualidade que podem, e devem, servir os cidadãos. —————

— Acerca da intervenção da autarca Vânia Castanheiro, disse: **1.** A Câmara Municipal não precisará de criar nenhuma estrutura para apoiar as vítimas de violência doméstica, porquanto os serviços municipais estão a atender e a sinalizar essas vítimas, a encaminhar os respectivos processos e a prestar o apoio necessário, serviços esses que integram conjunto de técnicos que estão atentos e sensíveis àquelas situações, e participam em acções e em programas que têm a ver com os mecanismos de prevenção e detecção desta problemática; **2.** Referiu, que a maior dificuldade na instalação do Conselho Municipal de Segurança, se prendeu com a escolha de um elemento das colectividades para o integrar, que apenas foi possível concretizar na semana anterior, estando finalmente concretizada a constituição do processo, pelo que serão enviados os respectivos nomes à Assembleia Municipal, para a correspondente tomada de posse. Disse, relativamente à ameaça de bomba na Escola EB 2,3 Duarte Lopes, que se trata duma situação que se verifica com alguma frequência durante o ano lectivo um pouco por todo o País, não configurando um problema de segurança, mas tão-somente de falsos alarmes. —————

— Sobre as temáticas abordadas pelo autarca Nelson Lopes, disse: **1.** Considerou, que a intervenção do autarca acerca da situação da saúde pública no Município de Benavente, mostra o direito à indignação perante homens e mulheres que trabalham em condições que não deveriam ser permitidas. É sabido que a falta de médicos leva a que façam dois serviços consecutivos de vinte e quatro horas cada sem dormir, situação que não deveria ser aceitável, porque quem trabalha vinte e quatro horas seguidas sem dormir, não está em condições de poder fazer mais vinte e quatro horas; o cérebro e as condições físicas terão momentos de falência. Disse, que o que tem acontecido aos médicos que adormecem a atender um doente é algo que tem que ser compreensível, no ponto de vista de que é profundamente desumano, e é inaceitável do ponto de vista da contratação de médicos. Opinou, que não é seguramente com a suspensão do serviço que se resolve o problema, mas com o rigor que a própria lei existente determina, de não ser possível fazer aquele esforço, tendo as pessoas que ter o mínimo de descanso. Acrescentou, que se é exigido ao motorista que tenha

horas de paragem para que possa descansar, também alguns dos médicos do País têm que ter horas de interrupção, para evitar situações de maus diagnósticos e de perigo para a saúde dos pacientes que daí pode resultar; **2.** Explicitou, que na reunião que teve no período da manhã com os trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal, prestou uma informação pessoal a uma família que tem sido a sua há mais de trinta anos e perante quem tem grandes responsabilidades, sobretudo a de ser sério em todas as circunstâncias e em todos os momentos, e de não surpreender com qualquer decisão que lhes escape. Apenas procurou transmitir a situação pessoal de que optou há vários anos, quando tal foi necessário, pela sua aposentação, porque iniciou a sua vida profissional como professor, e era nela que continuaria se não tivesse enveredado pela política, pelo que não trocará a sua pensão, ainda que seja menor, pelo vencimento de Presidente de Câmara. Não podendo acumular a sua pensão com o montante correspondente a um terço do vencimento de Presidente de Câmara, dadas as medidas impostas pelos sucessivos Programas de Estabilidade e Crescimento, não será agora que alterará a sua opção; tal seria uma quebra dos princípios e valores que norteiam a sua vida. Acrescentou, que não tomou qualquer decisão; apenas quis ser sério com os trabalhadores e transmitir-lhes que não pode estar na Câmara Municipal a pagar para trabalhar, com a responsabilidade que é muita, por vezes muito superior e mais vulnerável à de um Secretário de Estado. Disse estar disponível para continuar o seu trabalho, não optando pelo vencimento de Presidente da Câmara; no entanto, não pode retirar à sua família o direito que tem e que ele próprio conquistou com o seu trabalho; **3.** Considerou, que a memória do Professor Edgar Cruz e Silva merece a presença do maior número de autarcas possível na cerimónia de entrega da Bolsa de Mérito da Fundação com o seu nome. Não sabe ainda se poderá estar presente, mas far-se-á representar pelo Vice-Presidente e por outros Vereadores da Câmara Municipal. _____

— **Esclarecimento da autarca Vânia Castanheiro:** Afirmou, que quando fala em insegurança, não se refere somente à ameaça de bomba na Escola EB 2,3 Duarte Lopes, mas também à questão da droga que foi encontrada nas escolas, da ourivesaria e da bomba de combustíveis que foram assaltadas, casos que provocam insegurança. Registou, que foi com muito agrado que tomou conhecimento que o Conselho Municipal de Segurança em breve tomará posse. _____

— **Esclarecimento do autarca Nelson Lopes:** 1. Explicitou, relativamente à questão da suspensão imediata do médico que adormece no serviço, que prefere não ter médico do que sujeitar-se a situações como a que sucedeu com sua filha na urgência do SAP de Benavente. Opinou, que o trabalho da Comissão de Utentes tem sido excelente, mas não basta por si só; é preciso fazer mais e envolver a população numa forma activa, porquanto a situação é dramática, não se tratando apenas numa questão de gestão, dado que os médicos que dormem em serviço, custam cerca de trezentos euros por cada noite de serviço, para além da questão ética, dado que um médico que não está em condições, não pode estar a exercer; 2. Esclareceu, relativamente à opção comunicada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal aos trabalhadores do Município, que entende tratar-se numa questão pessoal. Contudo, em conversa de café que teve com três ou quatro trabalhadores que estiveram presentes na reunião, ficou com a ideia de que eles teriam percebido que, em função da opção feita, o Senhor Presidente se iria embora.

— **O Presidente da Câmara Municipal,** pedindo o uso da palavra, disse perceber a intervenção da autarca Vânia Castanheiro. Contudo, afirmou que pelo conhecimento e experiência que tem, a importância do Conselho Municipal de Segurança não é a de resolver quaisquer dos problemas de segurança, mas de se debruçar e reflectir sobre os principais problemas, e na ausência deste, a Câmara Municipal não deixou de fazer esta avaliação e, aproveitando a presença do Senhor Ministro da Administração Interna, comumente com a representação de todas as forças políticas, entregou ao Senhor Ministro e ao Senhor Chefe de Gabinete, para que lhe recordasse, um dossier contendo um conjunto de problemas que estão detectados, diagnosticados e que têm a ver com a capacidade operacional das forças de segurança e com a insuficiência de recursos humanos e materiais para fazer face às preocupações da população. Reiterou, que o Conselho Municipal de Segurança não vai resolver os problemas todos; vai sobretudo ser um espaço de reflexão, diagnóstico e elaboração de propostas para que quem tem o poder da segurança do País, que não é delegável nas Autarquias, possa exercer melhor as suas funções. Afirmou, que se vive uma situação de crise grave e de racionalização de recursos e de meios, não tendo muita expectativa de que possa haver melhorias substanciais; no entanto, o papel dos autarcas é o de diagnosticar, fazer propostas e lutar pela concretização de objectivos que são essenciais à segurança da população, factor cada vez mais importante na

promoção da qualidade de vida do Município de Benavente, não se podendo, face à crise que se vive, estar sujeitos ao aparecimento e crescimento de novos fenómenos de crime, sem a possibilidade das forças de segurança lhe darem resposta. —————

— Teve, em seguida, lugar a leitura de todos os documentos feitos chegar à Mesa para discussão e votação no Período de Antes da Ordem do dia, a saber: **1.º – Moção intitulada Companhia das Lezírias não será privatizada**, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; **2.º – Congratulação com os Vinte e Cinco Anos de actividade da Rádio Iris**, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; **3.º – Moção de Solidariedade com os habitantes dos Municípios de Tomar, Ferreira do Zêzere e Sertã afectados pelo tornado de sete de Dezembro de dois mil e dez**, apresentado pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; **4.º – Saudação aos três milhões de trabalhadores portugueses, que no passado dia vinte e quatro de Novembro aderiram à greve geral, convocada pela CGTP e UGT**, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; **5.º – Moção de Solidariedade com os dirigentes associativos e colectividades, constituídos arguidos pelas Finanças, Segurança Social e Autoridade para as Condições no Trabalho**, apresentada pelos autarcas da Coligação Democrática Unitária; **6.º – Moção de Homenagem à Memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa**, apresentada pelos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e do Centro Democrático Social/PP; **7.º – Moção de Solidariedade com os concelhos de Ferreira do Zêzere e Tomar, afectados pelo tornado de sete de Dezembro de dois mil e dez**, apresentada pelos autarcas do Partido Socialista. —————

— O **documento** acima identificado como **1.º** foi sujeito a discussão, tendo-se registado as intervenções de **Dora Morgado** e de **Nelson Lopes**. A **primeira autarca** disse ser grande admiradora da Companhia das Lezírias. Observou, contudo, que não teve conhecimento dos factos relatados na moção em apreço, pelo que não se sente em condições de votar a mesma. O **segundo autarca** referiu, que os factos contidos na moção em apreço, foram notícia em vários órgãos da comunicação social.

Acrescentou, em termos de valorização da Companhia das Lezírias, que a mesma ganhou recentemente um prémio de excelência do grupo Continente, pelas carnes ómega 3, e um outro prémio pelos seus vinhos, que têm recebido encomendas oriundas da China. Saudou com muito agrado o facto da Companhia das Lezírias ter estabelecido uma parceria com a Junta de Freguesia de Samora Correia e feito uma edição especial dum vinho de excelente qualidade, comemorativo da elevação de Samora Correia a cidade. Decorrida a votação do documento, foi o mesmo **aprovado por maioria, com cinco abstenções dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.**

— Registou-se a intervenção de **Nelson Lopes** relativamente ao **documento 2.º**. O autarca disse ter tido o privilégio de trabalhar na Rádio Íris. Afirmou que a Rádio Íris, sendo uma empresa privada, faz um esforço tremendo para manter o funcionamento daquela estação de rádio, que é fundamental na vida colectiva do Município e à qual apenas será o devido valor, se um dia ela terminar. Decorrida a votação do documento, foi o mesmo **aprovado por unanimidade.**

— O **documento 3.º não foi discutido, tendo sido, após a respectiva votação, aprovado por unanimidade.**

— O **documento 4.º** foi sujeito a discussão, tendo-se registado as intervenções de **Sónia Ferreira, Vânia Castanheiro** e de **Ricardo Oliveira.**

— A **primeira autarca** considerou, que a greve é um direito que assiste a todos os cidadãos portugueses e, como tal, entende que a Assembleia Municipal não deve saudar aqueles que a ela aderem, ou não. A **segunda autarca** salientou, que sendo o direito à greve, um direito constitucional que lhe merece respeito, não carece de saudações, para além de que devem ser respeitados os direitos constitucionais, nomeadamente o direito à greve e o direito à não greve, pelo que o Partido Socialista se abstém na respectiva votação. O **terceiro autarca** cumprimentou todos os autarcas presentes e aproveitou o ensejo para saudar todos os milhares de portugueses que, com muito custo, foram trabalhar no dia da greve nacional, e outros que, porventura, foram impossibilitados de ir trabalhar, por todos aqueles que decidiram cumprir o direito à greve, que não é posto em causa. Decorrida a votação do documento, foi o mesmo **aprovado por maioria, com catorze votos a favor, cinco votos contra do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Centro Democrático**

Social/Partido Popular, e cinco abstenções (quatro do Partido Socialista e uma da Coligação Democrática Unitária).

— O **documento** acima identificado como **5.º** foi sujeito a discussão, tendo-se registado as intervenções de **Margarida Netto, Dora Morgado, Vânia Castanheiro e Bernardo Serra, Nelson Lopes, Júlio Rosado e Hélio Justino**. A **primeira autarca** disse, que apesar de estar de acordo com os considerandos do documento em apreço, não considera de forma alguma que a política deva interferir com a justiça. Afirmou, que a legislação pode ser injusta, mas tem que ser cumprida, pelo que tratando-se de uma moção, votará contra. A **segunda autarca** disse, que os autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata subscrevem na íntegra a intervenção da autarca Margarida Netto, manifestando a opinião de que o documento apresenta alguns contra-sensos, porquanto sendo recomendada a criação do Gabinete Municipal de Apoio ao Associativismo, bem como o estabelecimento de protocolo com a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Desporto e Recreio, tal não tem nada a ver com a aplicação da justiça. A **terceira autarca** afirmou, que subscreve na íntegra as intervenções produzidas. Considerou, que apesar de muitas vezes os dirigentes das colectividades não estarem devidamente informados e a lei ser difícil de interpretar, existe um princípio legal que diz que o desconhecimento da lei não favorece ninguém. Opinou, que se o Gabinete de Apoio às Colectividades já estivesse criado, a Assembleia Municipal não teria que se debruçar sobre questões como a ora em apreço. O **quarto autarca** referiu a urgência na criação do Gabinete de Apoio ao Associativismo e a necessidade de serem realizados mais seminários direccionados aos problemas de fiscalidade. Considerou, que a situação da AREPA se deve também ao facto da Câmara Municipal ter apoiado muito pouco em relação aos problemas com o Serviço de Finanças. O **quinto autarca** afirmou, que a Moção de Solidariedade em apreço não é um documento político, nem em algum momento é pedida a absolvição ou alguma interferência com a justiça, sendo conhecida a existência do princípio de que ninguém pode alegar o desconhecimento da lei, para pedir a sua absolvição. O que está em causa, é o momento difícil que a AREPA atravessa, com cem mil euros de coimas para pagar, estando o património dos seus dirigentes comprometido, e tendo sido constituídos arguidos. Explicitou, que é apenas pedida solidariedade à Assembleia Municipal, tanto mais que a AREPA não é caso único; existe uma associação que nem sequer

beneficia de subsídios da Câmara Municipal e da qual um dos elementos possui uma garagem sobre a qual o Serviço de Finanças pretende que seja tributada a cedência, estando a ser alvo de processo de execução fiscal e a pagar duzentos e vinte e cinco euros mensais às Finanças. Considerou, que lhe parece desengajado responsabilizar a Câmara Municipal ou quem a dirige e quem tem tomado as opções políticas pela situação da AREPA. Deverá a Assembleia Municipal, outrossim, incentivar a criação rápida do Gabinete Municipal de Apoio ao Associativismo. Disse, que a Moção não tem nada de político, nem é feito nenhum juízo de valor relativamente à actuação dos inspectores, que estão apenas cumprindo as suas missões. Exemplificou, que um Festival de Folclore no qual não houve lugar à cobrança de entradas, nem foi recolhido um cêntimo de donativos, pelo simples facto de ser noticiada num jornal a presença de quatrocentas pessoas, levou a que o Ministério das Finanças considerasse tal como uma prestação de serviços e atribuísse um valor para tributação, obrigando a declaração às Finanças. Da mesma forma, um espectáculo de solidariedade para angariar uma cadeira de rodas é considerado como uma prestação de serviços e, como tal, tributável. Afirmou, que a lei é completamente imoral e não tem lógica nenhuma. Considerou que a situação não teria acontecido se as bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata na Assembleia da República tivessem aprovado os sucessivos projectos de lei que há mais de dez anos vêm sendo apresentados pela bancada do Partido Comunista Português e por outras bancadas, e têm sido sucessivamente rejeitados pelas maiorias, não permitindo uma configuração de especificidade para as associações, que são tratadas tal e qual como empresas, o que não pode continuar a acontecer. O **sexto autarca** afirmou, que recentemente apareceu um caso idêntico na Assembleia da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, em Santarém, de um dirigente associativo do Cartaxo que fora fiscalizado pela ASAE, sendo que todas as forças políticas votaram no sentido contrário ao agora pretendido. O **sétimo autarca** opinou ser claro, que o objectivo da moção em apreço é o de que todos se solidarizem com alguém que, independentemente da responsabilidade, está a passar por uma situação mais complicada. Considerou, que fruto da situação que a AREPA está a viver, pretende-se atirar as culpas para as autarquias, nomeadamente a Câmara Municipal e a Junta de freguesia, pelo facto de não existir um Gabinete de Apoio ao Associativismo. Afirmou, que as questões da fiscalidade e os problemas que se têm verificado nas

colectividades relativamente a estas, aconteceram com aquelas que têm técnicos oficiais de contas, devendo a situação ser analisada tal como ela é, apesar de concordar com a criação daquele Gabinete, que poderá prestar um apoio importante. Mostrou-se solidário com o momento que vive a AREPA e a sua direcção, mas disse ser óbvio que as responsabilidades têm que ser acatadas a quem as tem. O **Vereador Carlos Coutinho**, pedindo o uso da palavra, disse que decerto todos valorizam e contendem o trabalho desenvolvido pelos dirigentes associativos da área do Município e, fruto desse mesmo trabalho, as responsabilidades pessoais que daí advém. Afirmou, que a Câmara Municipal sempre tem tido disponibilidade para constituir com eles as parcerias que têm conduzido ao trabalho que considera fundamental para a comunidade, e tem procurado sensibilizar para a necessidade das colectividades terem os seus gabinetes de contabilidade e a sua escrita organizada, sendo que inclusivamente na elaboração do actual Regulamento, foram impostas um conjunto de obrigações que também versam nessa matéria. O Gabinete de Apoio ao Associativismo é uma questão que a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar e, fruto da reorganização dos serviços que vai ser apresentada, está a sua criação prevista. Considerou, que como prestação de apoio e sensibilização às colectividades para a necessidade de cumprirem um conjunto de regras e de preocupações, nunca a Câmara Municipal terá tido um papel de substituição. No caso concreto da AREPA, referiu que escutou várias vezes o presidente daquela colectividade dizer que a mesma era um modelo de funcionamento, em termos de contabilidade, e à Câmara Municipal sempre foram entregues os respectivos relatórios, objecto de análise, não sendo, contudo, possível ao órgão executivo detectar, através dessa análise, eventuais incumprimentos. Acrescentou, que desde a primeira hora que a situação da AREPA foi detectada, acompanhou o Senhor Presidente da Direcção daquela colectividade na identificação das soluções para o problema, tendo inclusivamente participado na reunião, com a presença de um funcionário da Confederação de Colectividades de Cultura e Recreio, tendo ficado definidos os caminhos a trilhar, e que passou pela disponibilidade do Senhor Vereador José Rodrigues da Avó, enquanto técnico da área, para prestar ajuda à AREPA, pelo que considera de todo injusto que alguém daquela colectividade queira colocar na Câmara Municipal a responsabilidade por um problema com a dimensão do existente. O **Presidente da Câmara Municipal** deixou claro, que a Câmara Municipal há muitos anos transmitiu à

população e às colectividades e associações, enquanto parceiros, que apoia estas naquilo que é o seu trabalho colectivo, sem substituir ou interferir na respectiva gestão, cumprindo às Direcções e às Assembleias Gerais responder perante a sua actividade. Referiu, que nunca faltou qualquer tipo de apoio que tivesse sido solicitado à Câmara Municipal, nomeadamente a nível de pareceres jurídicos e técnicos, sendo profundamente injusto, falso e mistificador, que alguém possa dizer que a não constituição do Gabinete de Apoio às Colectividades é a causa da situação que a AREPA atravessa. Decorrida a votação do documento, foi o mesmo **aprovado por maioria, com nove votos contra do Partido Socialista, Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Centro Democrático Social/Partido Popular, e uma abstenção do Bloco de Esquerda.**

— O **documento 6.º** foi sujeito a discussão, tendo-se registado a intervenção do autarca **Carlos Pauleta**, que manifestou dúvidas que, trinta anos depois, se deva fazer um minuto de silêncio pela morte de dois políticos. Disse considerar, também este, um documento político que, mais do que homenagear dois homens públicos, pretende criticar a política actual e branquear as responsabilidades que o Partido Social Democrata e o Centro Democrático Social têm tido na governação de Portugal, e que contribuíram para conduzir o País à situação em que se encontra hoje. Decorrida a votação do documento, foi o mesmo **rejeitado por maioria, com catorze votos contra da Coligação Democrática Unitária, quatro abstenções do Partido Socialista e cinco votos a favor do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Centro Democrático Social/Partido Popular**, tendo-se verificado a ausência do autarca Hélder Agapito, do Bloco de Esquerda.

— O **documento** acima identificado como **7.º** foi sujeito a discussão, tendo-se registado as intervenções de **Nelson Lopes** e **Vânia Castanheiro**. O **primeiro autarca** considerou, que deve ser feita referência ao “*Grupo do Partido Socialista presente na Assembleia Municipal de Benavente*”, e não ao “*Grupo do Partido Socialista da Concelhia de Benavente*”, porquanto esta é uma designação mais vasta. Por outro lado, o documento não refere o concelho da Sertã, que embora não pertencendo ao distrito de Santarém, também foi atingido pela intempérie. A **segunda autarca** afirmou, que os autarcas do Partido Socialista estão solidários com o Município da Sertã, pelo que a presente moção abrange também aquele concelho. Solicitou, ainda, a rectificação do sétimo parágrafo, passando a constar “*Grupo do*

Partido Socialista presente na Assembleia Municipal de Benavente”. Decorrida a votação do documento, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

— Concluídas a discussão e votação dos vários documentos entregues à Mesa, o **Presidente da Assembleia** abriu o **Período de Intervenção do Público**, sendo que nenhum dos munícipes presentes manifestou vontade de intervir.

— Nesta altura da sessão, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal proposto um intervalo, tendo os trabalhos sido retomados às dezassete horas e quarenta e dois minutos.

— **Iniciou-se o Período da Ordem do Dia**.

— **PONTO 1 – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2011 – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea f) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:**

— Dada a palavra ao **Presidente do Executivo Municipal** este referiu-se à presente proposta em traços gerais, considerando que ela está elaborada em conformidade com o histórico recente sobre a derrama.

— **Intervieram** na discussão do presente assunto os seguintes autarcas: **Hélder Agapito, Carlos Pauleta, Ricardo Oliveira, Margarida Netto e Bernardo Serra**.

— O **primeiro autarca** apresentou uma moção relativa a este ponto, e afirmou, que ao contrário daquilo que o Bloco de Esquerda defende sempre sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis, que é um imposto transversal e que afecta directamente os orçamentos familiares, na derrama já se justificam as taxas aplicadas, não só por ser um imposto que incide única e exclusivamente nos lucros das empresas (as que o tiverem) e, por isso, não as afecta em nada no seu normal funcionamento e desempenho (um e meio por cento sobre o seu lucro), mas também porque a taxa reduzida de meio por cento para volume de negócios até cento e cinquenta mil euros, defende as pequenas empresas e os pequenos empresários. Assim, o Bloco de Esquerda vai votar a favor. O autarca **Carlos Pauleta** interpelou a mesa, acerca do motivo pelo qual a presente moção não foi apresentada antes do período da Ordem de Trabalhos, tendo o **Presidente da Assembleia Municipal** justificado, que a moção foi apresentada no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo sido inserida na discussão do presente ponto, por sugestão sua. O autarca **Ricardo Oliveira** interpelou a mesa, manifestando concordância com o autarca Carlos Pauleta, e referindo que,

efectivamente, a moção deveria ter sido discutida no Período de Antes da Ordem do Dia. O autarca **Carlos Pauleta** sugeriu, que a moção seja remetida para apreciação e discussão da respectiva Comissão Permanente. O autarca **Hélder Agapito** discordou, e manifestou a pretensão de que a moção seja votada. A autarca **Margarida Netto** afirmou, que vai votar a favor da proposta de lançamento de derrama, porquanto reconhece que dado os cortes impostos pelo Orçamento de Estado para os Municípios e as políticas de contenção do País, o Município de Benavente não pode prescindir de qualquer tipo de receita. O autarca **Bernardo Serra** disse, que os autarcas do Partido Socialista votam a favor quer da presente proposta, quer da proposta contida no ponto dois da Ordem do Dia, de participação variável no IRS/Rendimentos de 2011 – Receita Municipal em 2012, por forma a garantir receitas para o cumprimento de projectos propostos pelo Partido Socialista, e dos quais não abdica, relativamente à gratuitidade total das refeições dos alunos dos ensinos pré-escolar e básico, e à taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis. —————

— **Antecedendo a votação da proposta em apreço, procedeu-se à votação da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com catorze votos contra dos autarcas do Coligação Democrática Unitária, e quatro abstenções dos autarcas do Partido Socialista.** —————

— **Declaração de voto da Coligação Democrática Unitária:** O autarca **Júlio Rosado** apresentou uma declaração de voto, referindo que a Coligação Democrática Unitária votou contra a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, porque considera esta demasiado técnica para ser discutida em sessão da Assembleia Municipal e, como tal, sugerira que a mesma fosse discutida em sede de Comissão Permanente. —

— **O presente ponto foi posto à votação, tendo sido a proposta de lançamento de derrama para 2011 aprovada por unanimidade.** —————

— **PONTO 2 – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/RENDIMENTOS DE 2011 – RECEITA MUNICIPAL EM 2012 –** Apreciação e eventual autorização, nos termos dos artigos décimo nono, número um, alínea c), vigésimo, números um e dois e quinquagésimo nono, todos da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro Lei das Finanças Locais): —————

— Dada a palavra ao **Presidente do Executivo Municipal**, este explicitou, que nos termos da Lei das Finanças Locais, a Câmara Municipal propõe à Assembleia que se aplique a taxa de cinco por cento de IRS aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na

circunscrição territorial de Benavente, por ser uma receita imprescindível para fazer face às necessidades de financiamento do Órgão Executivo e do seu Plano de Actividades, bem como as despesas obrigatórias. _____

— **Não se registaram intervenções, tendo o presente ponto sido posto à votação, na sequência da qual foi a proposta de participação variável no IRS/Rendimentos de 2011 – Receita Municipal em 2012 aprovada por unanimidade.** _____

— **PONTO 3 – PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS E DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011 –** Apreciação e eventual aprovação, nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do número dois do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de Setembro e do número três do artigo quinto da lei número doze - A barra dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro, bem como das alíneas n) e o) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: _____

— O **Presidente da Câmara Municipal** considerou, que o documento entregue e que contém o fundamental da discussão tida na Câmara Municipal sobre esta matéria, dispensará uma intervenção detalhada da sua parte. No entanto, afirmou, que na reestruturação de serviços a que o Executivo está obrigado, houve que ter em conta a conjuntura actual, bem como a necessidade de diminuição de custos de estrutura, razão pela se optou pela manutenção duma estrutura hierárquica, na qual tem assentado o funcionamento dos serviços municipais, e que diminui o pessoal dirigente, com a extinção de departamentos municipais, a extinção de algumas divisões e a fusão de outras, e com a manutenção das secções existentes, enquadrando os trezentos e setenta e sete lugares ocupados no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, que prevê, também, a integração dos lugares cativos, relativos ao pessoal que está adstrito à “Águas do Ribatejo”, mas cujo contrato de cedência prevê a possibilidade de regressar ao Município, bem como cinco lugares em comissão de serviço, sete lugares de mobilidade e sete lugares previsionais. _____

— **Dada a palavra ao plenário da Assembleia, inscreveram-se os seguintes autarcas: Dora Morgado, Nelson Lopes, Bernardo Serra e Ricardo Oliveira.** _____

— **Dora Morgado** manifestou algumas dúvidas, nomeadamente no que diz respeito à redução de custos, atendendo a que não é previsível a aposentação de funcionários,

e os dirigentes superiores mantêm os mesmos rendimentos. Por outro lado, considera preocupante que a Fiscalização esteja dependente apenas da Subunidade Orgânica de Obras Particulares. Questionou acerca da razão pela qual o Gabinete de Apoio ao Associativismo não consta no Organograma. —————

— **Nelson Lopes** afirmou, que a Assembleia Municipal poderia sugerir alterações e a criação de outras Subunidades Orgânicas; contudo, trata-se dum trabalho muito exigente para quem não é eleito a tempo inteiro e não dispõe de assessorias. Disse, que confia nos técnicos e nos eleitos, crendo que o documento em apreço resulta dum trabalho exaustivo e ponderado, e tendo a expectativa que o Organograma possa funcionar. Referiu, que a legislação prevê que, a todo o tempo, sejam criados, temporariamente, projectos específicos que se extinguam após a concretização dos respectivos objectivos. Considerou, que estando muitos funcionários a admitir a possibilidade da aposentação, face aos cortes de direitos de que vêm sendo alvo, constituindo tal facto uma redução significativa de quadros, nalguns casos de grande qualidade, deverá a Câmara Municipal fazer um grande esforço pelos que permanecem, por forma a compensar as saídas não tanto em termos de quantidade, mas sim de qualidade. Sendo certo que a maioria dos quase quatrocentos trabalhadores da Câmara Municipal são exemplares, existe uma pequena minoria que, embora sem expressão, por vezes prejudica aqueles que são incentivados. Pediu um grande esforço a todo o Executivo e aos responsáveis pelos departamentos, na tentativa de conseguir fazer uma reestruturação muito profunda, separar o trigo do joio e dar mérito a quem o tem. —————

— **Bernardo Serra** disse, que os autarcas do Partido Socialista respeitam o modelo hierárquico adoptado. Contudo, tiveram pouco tempo para analisar o documento, pelo que não estão em condições de, em consciência, propor um modelo mais eficaz para a reorganização interna dos serviços e, como tal, vão-se abster na votação. —————

— **Ricardo Oliveira** solicitou um pequeno esclarecimento, na medida em que, tanto quanto pôde compreender, de acordo com a legislação, a Assembleia Municipal devia estabelecer um número máximo de Unidades e Subunidades que a Câmara Municipal pode aprovar, procedimento que não teve lugar. —————

— Foi, então, dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para responder às intervenções antecedentes. —————

— Relativamente às questões colocadas pela autarca Dora Morgado, disse ser óbvio que a Câmara Municipal lutará para que ninguém venha a ser atingido por despedimentos, excepto em circunstâncias que resultem do cumprimento do Estatuto Disciplinar. Manifestou a expectativa de que o previsto PEC IV, não traga consigo nenhuma novidade nesta matéria e que a diminuição da despesa pública não seja feita à custa de despedimentos unilaterais por parte da Administração Central do Estado, atingindo também as Autarquias. Esclareceu, que a Fiscalização ou ficaria ligada ao Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, ou à Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento. Atendendo a que a Câmara Municipal não possui fiscais de obras, e competindo ao serviço de fiscalização municipal fazer o serviço correspondente, bem como fiscalizar o cumprimento de posturas e regulamentos municipais, o reporte da sua acção será feito directamente a quem dirige e tutela politicamente a respectiva Unidade ou Subunidade Orgânica (no caso, o Vereador Miguel Cardia ou o Chefe de Divisão). Tudo aquilo que não diga respeito a obras municipais, será repostado à Chefe da Divisão Administrativa ou ao Director de Departamento, tal como acontece actualmente. Não há qualquer alteração àquilo que já é uma prática e se tem mostrado adequado. Quanto ao Gabinete de Apoio ao Associativismo, esclareceu que a lei prevê a criação de Unidades e Subunidades Orgânicas, e não a criação de gabinetes de apoio, pelo que não é apenas este Gabinete de Apoio que não aparece na estrutura, mas também o Gabinete de Estratégia e Desenvolvimento, o Gabinete de Informática e o Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso. No entanto, nada impede que a Câmara Municipal mantenha o Gabinete de Apoio Jurídico transversal, sendo que os técnicos que estão nesse gabinete, dão apoio aos diferentes serviços e dão apoio aos eleitos, naquilo que é a sua acção. Também a criação do Gabinete de Apoio às Colectividades é uma decisão da Câmara Municipal, por proposta dos Vereadores Carlos Coutinho e Gabriela dos Santos, constituindo uma equipa multidisciplinar que terá que ter afecto um jurista, ainda que não a tempo inteiro, um elemento do sector de desporto e do sector cultural, bem como os técnicos que se entendam necessários à prestação do apoio às colectividades e associações, todos com tarefas bem definidas pelo Executivo. Disse crer que a proposta está já a ser elaborada, e gostaria muito que pudesse ser aprovada até ao final do ano em curso. _____

— Em resposta ao autarca Nelson Lopes, disse que a Câmara Municipal não pode ficar alheia aos maus exemplos existentes e afirmou, que os tempos que se vivem devem merecer muita atenção da parte do Executivo, no que se refere ao cumprimento dos deveres de cada um. A Câmara Municipal não persegue ninguém, mas ainda no plenário que realizou com os trabalhadores no período da manhã, teve oportunidade de dizer que o Executivo não poderá deixar de ter em conta situações de desrespeito por deveres profissionais, ou combater a falta de assiduidade de alguns trabalhadores. Referiu, que há funcionários na Câmara Municipal que deveriam merecer um profundo respeito da população e não o têm, porque todos os trabalhadores da Autarquia são considerados parasitas e, como tal, colocados no mesmo saco. Acrescentou, que é também um pouco essa a imagem transversal que passa pelo País, alguma dela claramente manipulada com o objectivo de acabar com serviços públicos.

— Acerca da intervenção do autarca Bernardo Serra, disse crer que a abstenção do Partido Socialista na votação do documento em apreço, se prende com a falta do Gabinete de Apoio ao Associativismo. Contudo, já deu as devidas justificações, crendo que não vai haver nenhum problema na criação daquele Gabinete e na atribuição de poderes.

— Respondendo ao autarca Ricardo Oliveira, esclareceu que a dúvida por ele colocada já fora suscitada *a anteriori*, aquando da discussão do problema, sendo que a lei não é tão clara e precisa, que diga que a Assembleia Municipal deve estabelecer um número máximo de Unidades Orgânicas, podendo o órgão deliberativo criá-las sob proposta da Câmara Municipal. Disse crer que não faria sentido pedir à Assembleia Municipal que, em abstracto, crie as Unidade Orgânicas, quando os seus membros não têm conhecimento do funcionamento dos serviços e, necessariamente, de qual o modelo mais indicado, razão pela qual lhe parece justo e adequado, que seja a Câmara Municipal a fazer a proposta em apreço, a qual merecerá, ou não, a aprovação da Assembleia Municipal.

— **O presente ponto foi posto à votação, tendo sido a proposta de organização interna dos serviços e de Mapa de Pessoal para o ano financeiro de 2011 aprovada por maioria, com catorze votos a favor dos autarcas da Coligação Democrática Unitária e dez abstenções dos autarcas do Partido Popular**

Democrático/Partido Social Democrata (quatro), Partido Socialista (quatro), Centro Democrático Social/Partido Popular (uma) e Bloco de Esquerda (uma). —

— **PONTO 4 – PROPOSTAS DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + AMR) PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011 – Discussão conjunta e votação separada das propostas – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:** _____

— **Concedida a palavra ao Presidente da Câmara Municipal**, este afirmou, que o Plano e Orçamento agora apresentado, foi construído ao longo de seis reuniões da Câmara Municipal, tendo o trabalho sido iniciado pelas bases orçamentais, naquilo que é a previsão da receita, com o cuidado de não fazer a aplicação, em alguns casos, da média de receita dos últimos vinte e quatro meses, baixando antes esse valor, por ser previsível uma diminuição de receitas no próximo ano, fruto sobretudo da paralisação da actividade da construção civil, e também da diminuição da actividade económica das aquisições de prédios urbanos ou rústicos, na área do Município, e que têm influência no Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. Foram tidas em conta algumas situações aleatórias que não são de todo previsíveis, sendo que o Governo Central deve à Câmara Municipal de Benavente, de acordo com o protocolo assinado, mais de seiscentos e cinquenta mil euros relativos à Estrada Municipal 118-1, entretanto desclassificada, para além de outras verbas do Ministério da Educação e do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Relativamente à despesa, a Câmara Municipal procurou cortar em toda a linha, para poder manter o equilíbrio orçamental e atingir o objectivo de libertar algum dinheiro para fazer face a investimentos fundamentais. Referiu, que está prevista uma redução de quatro vírgula oito por cento nas despesas com pessoal, redução essa que tem em conta não apenas as aposentações e a saída de alguns trabalhadores, mas também a diminuição das horas extraordinárias e das ajudas de custo. Acrescentou, que foi sobretudo nos encargos com os serviços e com outras dotações previstas no Plano como despesas obrigatórias, que a Câmara Municipal fez também cortes que têm que ser assegurados e controlados, dada a sua importância para manter o equilíbrio da Autarquia. Disse, que como reforços na despesa corrente, foi tido em consideração a acção social escolar, o fornecimento de refeições aos alunos e a acção social nos

protocolos estabelecidos com as instituições privadas de solidariedade social. No que respeita ao Plano de Actividades, as acções mais relevantes têm a ver com os projectos aprovados pelo Quadro Comunitário de Apoio. Mencionou, que o financiamento do Plano não está totalmente assegurado, sendo que a previsão aponta no sentido de passar o ano com um saldo de duzentos e cinquenta mil euros, e que seja possível o recurso ao crédito para financiamento de projectos comunitários, na ordem dos novecentos e nove mil, setecentos e quarenta e quatro euros. Referiu, que a Câmara Municipal espera concretizar o Plano em apreço, que de modo algum é ambicioso mas, outrossim, adequado à realidade e que pode, ainda assim, estar sujeito a alterações que derivem do não ingresso de receitas previstas. Concluiu, dizendo que o Orçamento de Estado prevê a obrigação de manter o endividamento líquido zero, prevendo também, no entanto, que as amortizações efectuadas pelo conjunto dos Municípios portugueses possam vir a ser rateadas por aqueles que tenham menor endividamento e, se assim for, seguramente a Câmara Municipal de Benavente terá a possibilidade de poder vir a contratualizar um empréstimo que garanta a inclusão de outros investimentos que não constam do documento em discussão.

— O **Presidente da Assembleia Municipal** propôs ao Plenário, que à semelhança de anos anteriores, a discussão das propostas constantes do presente ponto da Ordem de Trabalhos seja conjunta, e a respectiva votação em separado, o que foi aceite.

— **Dada a palavra ao plenário da Assembleia, inscreveram-se os seguintes autarcas: Hélder Agapito, Joaquim Cabeça, Dora Morgado, Nuno Ganhão e Nelson Lopes.**

— **Hélder Agapito** lembrou, que desde dois mil e cinco que o Bloco de Esquerda propõe a criação de condições para a elaboração dum Orçamento participativo, envolvendo a população na definição de prioridades para o melhor desenvolvimento da comunidade, referindo que já actualmente a população de mais de meia centena de Municípios e Juntas de Freguesia de diferentes quadrantes políticos o faz. Considerou, que daquele modo se alarga a todos os cidadãos o processo de elaboração daquele documento fundamental para a gestão e desenvolvimento equilibrado dos Municípios, promovendo a participação activa na democracia local. Disse não desafiar a gestão autárquica, apelando contudo aos Municípios que elevem a sua forma de gerir, por

forma a serem mais eficazes, mais dinâmicos e mais próximos da população e da sua realidade. Solicitou uma vez mais ao Executivo, que durante o próximo ano sejam criadas as condições necessárias para o início das diversas formalidades, para que em dois mil e doze o Orçamento participativo seja uma realidade no concelho de Benavente. Solicitou, ainda, que o Executivo não esqueça os problemas que se encontram por resolver nos Arados, nomeadamente o alcatroamento de algumas estradas e o trabalho inerente ao escoamento das águas pluviais. —————

— **Joaquim Cabeça** fez um reparo ao gráfico distribuído aos membros da Assembleia Municipal, mostrando o equilíbrio do Orçamento entre as receitas correntes e as despesas correntes, cujos valores referidos são os do Orçamento do ano anterior, pelo que pediu a anulação do mesmo. Procedeu à leitura da apreciação do Partido Socialista aos documentos previsionais, objecto de apreciação no presente ponto da Ordem de Trabalhos, referindo que estes são instrumentos de gestão municipal indispensáveis à prossecução da transparência devida aos cidadãos, e à observância de rigor na gestão municipal. De acordo com a lei, ao passo que no Orçamento e no Plano em cada ano, a actividade será sempre do Município, cumpre às Grandes Opções do Plano, que incluem designadamente o plano de investimento e as Actividades Mais Relevantes, definir as linhas para o desenvolvimento estratégico da Autarquia. As Grandes Opções do Plano surgem, assim, como o principal instrumento de gestão municipal, uma vez que para além de tratar do curto prazo, à semelhança do Orçamento, se assume também como o único documento legal verdadeiramente destinado à gestão do médio e longo prazo. O documento deve referir-se a um horizonte móvel de quatro anos, permitindo em cada ano os ajustes que se mostrem necessários, e deve discriminar os projectos e acções que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos. Quanto às Actividades Mais Relevantes, a lei não fixa o seu conteúdo, nem limita os seus efeitos no tempo. Em consequência, para além de admitir a opção gestionária do documento a longo prazo, permite também interpretações díspares na sua validação, possibilitando a ocorrência de grandes discrepâncias entre os valores orçamentados, e os constantes nas Grandes Opções do Plano. Da confrontação dos documentos, resultam algumas considerações: 1. contrariando o estatuído na lei (horizonte móvel de quatro anos) e desaproveitando a institucionalidade permitida no caso das Actividades Mais Relevantes, a proposta apresentada não privilegia objectivos estratégicos, como aliás

demonstra a inclusão de apenas cinco projectos, cujo planeamento transcende dois mil e doze. Pelos dados disponíveis, a única conclusão a retirar, é a de que a actual gestão assenta muito mais na reacção aos acontecimentos, do que numa perspectiva de médio e longo prazo, sendo que o Partido Socialista respeita a opção, mas discorda, porquanto prefere um modelo de gestão baseado no médio e longo prazo; 2. as Grandes Opções do Plano reflectem apenas cerca de quarenta por cento das despesas orçamentadas, facto que não permite a percepção, ainda que aproximada, do montante gasto em cada uma das actividades do Município, dificultando qualquer processo de fixação de prioridades. É necessário ter presente, que enquanto o Orçamento diz quanto se vai gastar, cumpre às Grandes Opções do Plano dar a conhecer o que se vai fazer com os recursos, estando o Partido Socialista convicto de que tal é possível. O Partido Socialista bem sabe que é muito difícil fazer reflectir nas Grandes Opções do Plano, as despesas com os eleitos ou com os serviços administrativos, mas há rubricas perfeitamente afectadas, que não o são por mera opção, como é o caso de certas despesas com pessoal afecto a tarefas específicas, avenças, encargos com instalações ou até com iluminação pública. O Partido Socialista gostaria de chamar a atenção, que o facto de evidenciar esta diferença entre aquilo que é o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, não significa, de forma alguma, que considere haver qualquer ocultação de custos; apenas se refere à metodologia. Relativamente às propostas apresentadas, o Partido Socialista registou o acolhimento de alguns projectos que se enquadram nas prioridades que o Partido definiu para o Município, nomeadamente a construção do Centro Escolar do Porto Alto, a beneficiação das escolas EB 1 de Benavente e de Samora Correia, a Circular Urbana a Samora Correia, a ligação da Estrada Municipal 515 à Estrada Nacional 118 (segunda fase) ou a ligação da Estrada do Monte da Saúde à Estrada Nacional 118. Ficam, no entanto, de fora projectos como a beneficiação da Escola EB do Porto Alto ou a rotunda da Barrosa, projectos que, curiosamente, integravam as Grandes Opções do Plano do ano passado, não percebendo o Partido Socialista porque deixam de constar, ainda que a sua execução pudesse ser encarada numa perspectiva de médio ou longo prazo. Afirmou, que o Partido Socialista propusera a possibilidade de proporcionar refeições gratuitas a todos os alunos do ensino básico e pré-escolar, independentemente das condições sociais, o que constituiria uma medida de grande alcance para a igualdade de oportunidades e justiça, tendo em conta a crise

económica que se atravessa, sendo com mágoa que vê rejeitada essa proposta, perfeitamente ao alcance do Município. Concluiu, sugerindo que, no futuro, seja elaborado um pequeno texto de apresentação das Grandes Opções do Plano, no sentido de as tornar de mais fácil leitura, e informando também os princípios que estiveram presentes na elaboração do Orçamento. _____

— **Dora Morgado** pediu dois pequenos esclarecimentos, no que diz respeito às Grandes Opções do Plano, e que têm a ver com a educação, nomeadamente a beneficiação da EB 1 de Porto Alto. Manifestou preocupação pelo facto de apenas haver verba para os projectos de beneficiação das escolas EB 1 de Benavente e de Samora Correia, dado que o Centro Escolar de Benavente está a funcionar em horário duplo, bem como a EB 1 das Acácias, em Samora Correia, embora o Centro Escolar de Samora Correia funcione em horário normal. _____

— **Nuno Ganhão Vieira** manifestou a opinião de que em vez da Câmara Municipal ter optado por construir estradas no ano de dois mil e onze, deveria antes construir escolas, ou restaurar as existentes, razão pela qual os seus membros vão-se abster. —

— **Nelson Lopes** considerou, que este é, de facto, o Orçamento possível, dadas as circunstâncias. Disse que todos, a começar pelos eleitos da bancada da Coligação Democrática Unitária, gostariam de apresentar um Orçamento à semelhança do apresentado em dois mil e sete e em dois mil e oito, recordando que, de então para cá, a Câmara Municipal perdeu cerca de quatro milhões de euros de investimento, verba muito significativa. Certo é, que tem que se gerir esta casa com os recursos de que se dispõe. Afirmou, que partilha do conjunto de preocupações manifestadas pelos autarcas que intervieram anteriormente. No entanto, analisando os recursos existentes e as perspectivas de enquadramento para os próximos anos, a Câmara Municipal não teria outra solução. Acrescentou, que o Orçamento em apreço foi construído ao longo de várias semanas de trabalho e, por aquilo que foi acompanhando, os elementos da oposição foram convidados a apresentar várias propostas, não sendo, contudo, um Orçamento tão participativo quanto ele próprio gostaria, dado que os cidadãos deveriam ter também oportunidade de, pelo menos, apresentar ideias, embora apenas algumas delas pudessem ser contempladas. Entende, que a própria Assembleia Municipal deveria ter uma comissão que pudesse estar envolvida na elaboração do Orçamento. Relativamente à questão invocada pelo Partido Socialista, com todo o respeito, disse julgar que as intervenções dos seus membros foram escritas com um

grande carácter partidário e com pouca atenção pela realidade do momento. Afirmou, que em sede de Assembleia da República e na apresentação de propostas para o Plano de Investimentos e Despesas para Desenvolvimento da Administração Central, o Partido Comunista Português apresentou várias propostas para que fossem financiadas algumas das obras agora referidas pelos membros do Partido Socialista, sendo que nenhuma delas foi contemplada. Referiu, que se o Plano Plurianual de Investimentos não contempla mais obras que transitem para os anos seguintes, tal deve-se ao facto do Governo não criar condições para que a Câmara Municipal possa assumir essas obras. Acrescentou, que perante a alteração sucessiva das regras do jogo que tem ocorrido durante os últimos anos, não é possível projectar para dois ou três anos, quando inclusive não é pago à Câmara Municipal o capital que investe em substituição da Administração Central do Estado, como é o caso da Estrada Nacional 118-1, ou é pago depois da obra concluída, como sucedeu com os Centros Escolares, equipamentos que existem apenas porque a Câmara Municipal de Benavente adiantou a verba. Mencionou, que a proposta de fornecimento de refeições gratuitas tem uma tamanha injustiça, porque se actualmente já existe, no ensino pré-escolar, refeições gratuitas para todos os que o frequentam, Benavente deu esse exemplo e o Presidente da Câmara Municipal, enquanto Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios, várias vezes travou esta batalha com a Administração Central, no sentido de que essa gratuidade fosse alargada ao ensino básico. No entanto, mais de cinquenta por cento dos alunos já estão inseridos no escalão A, significando tal que os pais não pagam nada, e relativamente aos alunos inseridos no escalão B, também uma parte da refeição é subsidiada, sendo que o Ministério da Educação apenas paga vinte e dois cêntimos. Perante um Partido Socialista que tem empobrecido sucessivamente as populações e acabou com a denominada classe média, não podem os seus membros vir pedir à Autarquia que assuma a gratuidade total das refeições escolares.

— **Dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal**, este comentou a intervenção do autarca Hélder Agapito, dizendo crer que o Orçamento participativo mereceu, ainda a meio do ano em curso, a reflexão da Câmara Municipal. Contudo, os sucessivos Programas de Estabilidade e Crescimento vieram causar engulhos à iniciativa que o Executivo pretendia levar por diante de, afectando-lhe uma verba, experimentar que uma parte deste Orçamento pudesse ser submetida à discussão

pública, para objectivação de projectos a ter em conta no Orçamento para o ano de dois mil e onze. Gostaria de poder afirmar que a Câmara Municipal o fará no próximo ano, mas crê que os tempos que se vivem são claramente de navegação à vista e, como tal, não é possível prever o que acontecerá amanhã, crendo mesmo que nenhum membro do Governo do País tem certezas relativamente àquilo que será o próximo futuro. No entanto, trata-se de algo que merece a atenção da Câmara Municipal. Disse, que a Câmara Municipal ainda mantém alguma expectativa de objectivação das estradas por alcatroar e do escoamento de águas pluviais, em sede de revisão orçamental, se para tal conseguir o rateio das amortizações totais e a capacidade de endividamento puder ser utilizada. _____

— Em resposta ao autarca Joaquim Cabeça, disse que é Presidente de Câmara há trinta anos, e necessariamente que pode chegar ao fim deste percurso afirmando que o Município de Benavente termina o ano de dois mil e dez sem dívidas, não contribuiu com um único tostão para o défice público, não se comprometeu com parcerias público-privadas, nem atirou para as gerações futuras nada que resultasse da sua gestão. Portanto, não recebe lições de quem quer que seja, em matéria do que é a gestão municipal, conforme se compreenderá. Conhece os documentos que enfermaram a dissertação do autarca, e sabe que, de facto, um Plano Plurianual de Investimentos deve prever um Plano de mandato. Questionou, como é possível, na conjuntura que se vive, fazer um Plano de mandato com verdade e seriedade, quando a meio do ano anterior, o Governo do Partido Socialista decidiu retirar cem milhões de euros às Autarquias e, no ano em curso, decidiu cortar mais cento e vinte e sete milhões de euros, acrescido de outras medidas que têm a ver com a despesa. Opinou, que é muito mais seguro fazer o mesmo que a Câmara Municipal de Benavente, tendo em atenção o que é concretizável e as certezas que se têm, sendo que aquilo que o Executivo transporta para o Plano, é a garantia do que pode fazer. Afirmou, que a Câmara Municipal está atenta e, se a reformulação do Quadro de Referência Estratégico Nacional no início de dois mil e onze, trouxe a possibilidade de utilizar mais fundos comunitários do que aqueles que estão contratualizados no Programa Operacional Regional, não deixará de se candidatar e de os incluir em Plano. Considerou, que a Câmara Municipal não está a cometer nenhuma ilegalidade mas, outrossim, a ser cautelosa, prudente e está a navegar à vista, numa altura em que é necessário, sem perder objectivos estratégicos para o Município de Benavente,

que foram consensualizados e são consensuais. Quando é referido que há acordo relativamente ao projecto de investimento no parque escolar, ninguém pode reclamar para si a proposta, na medida em que cada um o propôs, no seu plano eleitoral que apresentou às eleições. Referiu, que apenas vai incluir a ampliação da EB 2,3 do Porto Alto e as requalificações das escolas EB 1 de Benavente e de Samora Correia, tal como está previsto na Carta Educativa, homologada e aprovada pelo Ministério de Educação, se vir concretizada a palavra do Senhor Primeiro Ministro, quando disse que não faltaria dinheiro para a requalificação do parque escolar no País. Acrescentou, que gostaria de poder entregar o detalhe das despesas de funcionamento aos membros do Partido Socialista, porque ao afirmarem que as Grandes Opções do Plano apenas contemplam quarenta por cento daquelas, parece fazerem disso uma questão política relevante, quando não o é, nem há nenhuma obrigação legal de as incluir nas Grandes Opções do Plano, porquanto são despesas obrigatórias que, como tal, têm que estar calculadas e estão devidamente discriminadas, de acordo com os códigos da classificação económica e orgânica. Afirmou, que Benavente é, talvez, o concelho pioneiro no País, em termos do que foi a decisão tomada de fornecer a alimentação gratuita a todas as crianças do ensino pré-escolar público, e há muito que, enquanto Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios no diálogo institucional, tem vindo a falar aos sucessivos Ministros da Educação sobre a importância que teria, a afectação de uma verba, que *ab initio* calculou em quatro milhões de contos (vinte milhões de euros), para se dar início ao processo da gratuitidade total das refeições. Curiosamente, a resposta dos Senhores Ministros foi sempre a de que o País não tinha condições para suportar esse custo. Questionou, que se então o País não tem condições, onde vai o Município arranjar essa verba, e onde está a sustentabilidade duma medida desta natureza, quando o Ministério de Educação tem noventa por cento do bolo do Orçamento de Estado e diz que apenas tem condições para participar no programa de generalização das refeições, com vinte e dois cêntimos por refeição, apesar do argumentado sistematicamente, de que retirem esse dinheiro do Orçamento da Saúde, para investir na promoção duma alimentação saudável para as crianças do País. Disse, que compreendendo a importância que tal medida teria e conjugando, acha que o destinatário é que está errado, devendo ser ao Ministério de Educação que a reivindicação deve ser feita. Manifestou concordância, que o texto introdutório poderia facilitar a leitura e a

integração nos documentos e na sua apresentação. O gráfico referido pelo autarca Joaquim Cabeça está efectivamente errado e, logicamente, será eliminado. —————

— Comentando a intervenção da autarca Dora Morgado, explicitou que o projecto do Centro Escolar do Porto Alto está aprovado e financiado, encontrando-se a empreitada em fase de adjudicação e, sendo que a consignação da obra se fará no prazo de trezentos e sessenta dias, tem que haver uma verba prevista para o ano de dois mil e doze. —————

— Em resposta ao autarca Nuno Ganhão Vieira, afirmou que se tivesse a certeza, *a anteriori*, que quando fosse necessário reforçar o Plano, este seria reforçado, não teria colocado algumas das estradas como obras prioritárias. Contudo, não resta outra alternativa, e essas obras são também estruturantes, estando contratualizadas e, como tal, não podem ser retiradas. —————

— **Joaquim Cabeça**, pedindo o uso da palavra, fez um pequeno reparo, dizendo que o texto que leu, não é da inteira responsabilidade dum único membro do Partido Socialista, sendo injusta a apreciação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez, no que toca ao seu conteúdo. Afirmou, que os membros da Assembleia Municipal têm sempre o direito de opinar, questionar e serem esclarecidos. —————

— **O Presidente da Câmara Municipal**, usando novamente da palavra, disse que apenas usou um direito que também tem, não tendo posto em causa nem os direitos, nem o trabalho colectivo que os membros do Partido Socialista fizeram mas, outrossim, contestou-o e manifestou a sua opinião sobre a matéria. Pediu desculpa se eventualmente foi incorrecto, não tendo sido essa a sua intenção. —————

— **A proposta de Orçamento da receita e da despesa para o ano financeiro de 2011 foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com catorze votos a favor dos autarcas da Coligação Democrática Unitária e dez abstenções dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (quatro), Partido Socialista (quatro), Centro Democrático Social/Partido Popular (uma) e Bloco de Esquerda (uma).** —————

— **Posta à votação a proposta das Grandes Opções do Plano (PPI + AMR) para o ano financeiro de 2011, foi a mesma aprovada por maioria, com catorze votos a favor dos autarcas da Coligação Democrática Unitária e dez abstenções dos autarcas do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (quatro),**

Partido Socialista (quatro), Centro Democrático Social/Partido Popular (uma) e Bloco de Esquerda (uma).

— **PONTO 5 – ACTUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011:**

— **Dada a palavra ao plenário da Assembleia, inscreveram-se os seguintes autarcas: Hélio Justino e Nelson Lopes.**

— **Hélio Justino** considerou, no que concerne ao Capítulo do licenciamento de publicidade, e embora se trate duma competência actualmente delegada nas Juntas de Freguesia, que os valores que constam da Tabela de Taxas da Câmara Municipal são desajustados da realidade e exageradamente elevados, opinando que seria importante corrigir esses valores.

— **Nelson Lopes** disse, que julga já se encontrar em vigor a nova legislação, que acaba com a designação de pensões e residenciais, apesar do Regulamento de Taxas ainda a não especificar. Acrescentou, que são muito diferentes os valores para a emissão de alvará para um hotel, uma pensão ou uma estalagem, não estando o Regulamento adaptado à legislação, pelo que a questão carece de análise.

— **O Presidente da Câmara Municipal**, pedindo o uso da palavra, considerou ser de toda a justiça a questão levantada pelo autarca Hélio Justino, afirmando que ainda bem que o licenciamento de publicidade está delegado nas Juntas de Freguesia, e que estes órgãos autárquicos têm a fundamentação das suas próprias taxas e encontram valores diferentes, até porque são estruturas bem mais pequenas do que a da Câmara Municipal, e a imputação de custos directos e indirectos com pessoal são bastante diferentes. Embora sejam aplicados os Regulamentos das Juntas de Freguesia, trata-se de algo que não pode deixar de merecer a atenção da Câmara Municipal, se no futuro vier a ser avocada esta competência. Esclareceu o autarca Nelson Lopes, que a lei para os estabelecimentos hoteleiros ainda não está em vigor, sendo que logo que o esteja, terá que se fazer a adaptação do Regulamento.

— **A autarca Clarisse Castanheiro**, pedindo o uso da palavra, informou que termina a trinta e um de Dezembro do ano em curso, o prazo de candidatura para a reconversão dos estabelecimentos hoteleiros, pelo que a lei entrará em vigor após essa data.

— **A Assembleia Municipal tomou conhecimento da actualização da Tabela de Taxas para o ano financeiro de 2011.**

— **PONTO 6 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – Fase de apreciação pública e de audiência dos interessados – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea e) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro:** _____

— **Dada a palavra ao plenário da Assembleia, inscreveram-se os seguintes autarcas: Hélder Agapito, Carlos Pauleta, Dora Morgado e Nelson Lopes.** _____

— **Hélder Agapito** procedeu à leitura duma recomendação do Bloco de Esquerda, para que a Câmara Municipal estude, junto do Gabinete de Apoio Jurídico, a viabilidade de ser criada uma taxa pela utilização especial do domínio público municipal, pelas ATM instaladas no exterior dos edifícios. Sugeriu a isenção de taxas pela realização de obras ou alterações específicas em habitações de portadores de deficiência. _____

— **Carlos Pauleta** questionou, se existe no Município de Benavente alguma situação em que uma ATM ocupe espaço público. Recordou, que na última sessão de Assembleia Municipal, aquando da discussão da Tabela de Taxas, houve uma recomendação para que fossem analisadas as taxas referentes à publicidade. Opinou, que deveria existir uma única taxa para toda a área do Município, disponibilizando a Câmara Municipal alguém para tratar adequadamente esta matéria. _____

— **Nelson Lopes** considerou pertinente a questão levantada pelo autarca Carlos Pauleta, referindo que, no entanto, não conhece nenhuma ATM instalada na via pública, e considerar o passeio onde os utentes efectuem os seus levantamentos é muito dúbio. Salientou, que as entidades bancárias fazem exigências tremendas para instalar caixas ATM nos meios mais pequenos, nomeadamente que sejam as Autarquias ou entidades associativas a fazer todas as obras e a assumir uma série de responsabilidades, parecendo não ter grande interesse naquelas instalações, pelo que deve ser equacionada a aplicação da taxa referida que, mais tarde ou mais cedo, acabará por se repercutir no contribuinte, para além de que, em seu entendimento, trata-se duma taxa que terá sempre uma expressão reduzida. Opinou, que se houvesse de facto uma fiscalização atenta na questão da publicidade, aí sim, dado que todos os bancos têm painéis enormes que se forem cobrados pelas taxas vigentes, repercutem receitas muito significativas quer para as Juntas de Freguesia

que tem essa delegação de competências, quer para o Município, se as voltar a assumir. _____

— **Dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal**, este afirmou que o Executivo reconhece que para além desta primeira alteração ao Regulamento de Taxas, está o Senhor Vereador José Rodrigues da Avó a trabalhar com o Dr. Carlos Pedro Carvalho numa segunda alteração, que há-de ser presente à apreciação da Câmara Municipal, e pode contemplar as questões que foram aqui colocadas. Acrescentou, que como é do conhecimento dos membros da Assembleia Municipal, para apresentar uma proposta de alteração, ela tem que ser sustentada num estudo, não sendo possível fazê-lo de outra maneira. Considerou, que ou o presente ponto é retirado da Ordem de Trabalhos, podendo com isso estar a prejudicar um conjunto de cidadãos, ou é submetida à discussão pública a matéria em apreço, apresentando a Câmara Municipal proximamente uma segunda alteração que contemple as preocupações e as recomendações que aqui foram colocadas, crendo que será este o melhor modelo. _____

— Submetida a votação, **foi a recomendação** apresentada pelo autarca do Bloco de Esquerda, Hélder Agapito, **aprovada por unanimidade**. _____

— **Decorrida a votação da proposta de alteração ao Regulamento de Taxas do Município de Benavente, foi a mesma aprovada por unanimidade, devendo ser submetida à discussão pública e audiência dos interessados.** _____

— **PONTO 7 – PROPOSTA DE MAPA DE RUÍDO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – ZONAMENTO DO PERÍMETRO URBANO DE SANTO ESTEVÃO E DAS ÁREAS TURÍSTICAS DO ZAMBUJEIRO E MATA DO DUQUE –** Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea b) do número três do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: _____

— **Dada a palavra ao Presidente do Executivo**, este explicitou, que em consequência da obrigatoriedade de pareceres por parte da ANA – Aeroportos de Portugal, e da Agência Portuguesa do Ambiente, contraditórios relativamente à construção em Santo Estêvão, e após a realização duma reunião no NAER e outra na ANA – Aeroportos de Portugal, com a presença do Senhor Vereador Miguel Cardia e de um técnico municipal, foi aprovada uma proposta de procedimentos da Câmara Municipal de Benavente, que apontava a aprovação, por parte dos órgãos municipais,

de um zonamento do perímetro urbano de Santo Estêvão e de áreas turísticas, considerando-as áreas mistas e não sensíveis, porque a manterem-se como áreas sensíveis, é proibida a construção. Acrescentou, que a ANA – Aeroportos de Portugal não aceita a simples deliberação do órgão executivo, exigindo também uma deliberação da Assembleia Municipal. _____

— **Não se registaram intervenções, tendo o presente ponto sido posto à votação, na sequência da qual foi a proposta de Mapa de Ruído do Município de Benavente – Zonamento do perímetro urbano de Santo Estêvão e das áreas turísticas do Zambujeiro e Mata do Duque aprovada por unanimidade.** _____

— **PONTO 8 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO – Fase de apreciação pública – Apreciação e eventual aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro, conjugado com a alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção introduzida pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro:** _____

— **Dada a palavra ao plenário da Assembleia, inscreveu-se o autarca Hélder Agapito.** _____

— **Hélder Agapito** questionou, acerca da possibilidade do Executivo apresentar à Assembleia Municipal, de dois em dois anos, um relatório sobre a aplicação do Regulamento em apreço, bem como de eventuais alterações que sejam necessárias introduzir. Alertou, que relativamente às antenas de telemóveis, dever-se-á ter sempre em conta a precaução necessária quanto à localização deste tipo de equipamentos. —

— **O Presidente da Câmara Municipal**, pedindo o uso da palavra, suscitou perante os membros da Assembleia Municipal, a necessidade de poder acolher as sugestões de todos os que conheçam tecnicamente este processo e, em sede de Comissão do órgão deliberativo, ser dado um contributo para melhorar alguns aspectos que venham a ser eventualmente polémicos, crendo que haverá tempo suficiente para tal, durante o período de discussão pública, e se for necessário algum apoio técnico da Câmara Municipal para acompanhar as reuniões, o Executivo não deixará de o prestar. Considerou possível a apresentação do relatório de avaliação sugerida pelo autarca Hélder Agapito. _____

— **Posta à votação a proposta de Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, foi a mesma aprovada por unanimidade, devendo ser submetida à discussão pública e audiência dos interessados.** _____

— **PONTO 9 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO** – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea l) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção introduzida pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro: _____

— **Concedida a palavra ao Presidente do Executivo**, este explicitou, que o presente ponto da Ordem de Trabalhos se prende com a aprovação, por parte da Assembleia Municipal, da alteração do contrato de sociedade, passando a constar que a sede da AR – Águas do Ribatejo é em Salvaterra de Magos, e o aumento de capital constante da análise económica, devido à saída do Município da Golegã e entrada do Município de Torres Novas. _____

— **Dada a palavra ao plenário da Assembleia, inscreveram-se os autarcas Sónia Ferreira, Ricardo Oliveira e Margarida Netto.** _____

— **Sónia Ferreira** deu conta, que recebeu a documentação por *email*, não constando a análise económico-financeira dos respectivos anexos, e questionou acerca do motivo pelo qual apenas agora é o assunto submetido à apreciação da Assembleia Municipal. Observou, que na página quatro – Quadro Um, a AR – Águas do Ribatejo prevê que no ano de dois mil e trinta e um, haja cento e cinquenta mil, cento e sessenta e cinco habitantes abrangidos, quando no ano de dois mil e nove apontava valores diferentes, na ordem dos seis por cento. Referiu, ainda, que na página seis se verifica, entre dois mil e três e dois mil e quarenta e um, um aumento de quatro por cento de consumo de água em média, por pessoa, e de catorze por cento relativamente ao saneamento. No entanto, os dados são mais gritantes, quando se passa para o que os consumidores irão pagar, verificando-se de dois mil e dez para dois mil e quarenta e um, um aumento de cerca de vinte por cento na água e cerca de cem por cento no saneamento. Afirmou, que da análise dos documentos, se infere que aquela empresa, em cerca de vinte e oito anos, vai ter um resultado acumulado de cerca de um milhão e meio de euros por ano. Considerou tratar-se de valores muito elevados, sendo previsíveis mais aumentos a serem suportados pelas populações. —

— **Dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal**, o autarca esclareceu, que quando o Município de Torres Novas apresentou a sua candidatura para integrar a AR – Águas do Ribatejo, a Câmara Municipal não deliberou sobre a adesão, enquanto não houvesse financiamento comunitário para os projectos a realizar na bacia do Almonda, bem como os investimentos que têm de estar associados a um projecto com a dimensão do concelho de Torres Novas, tendo sido apenas agora aprovadas as duas candidaturas, o que permite então trazer o assunto à Assembleia Municipal. Referiu, que como a autarca Sónia Ferreira decerto entende, não podia ser com o sacrifício dos seis Municípios que se iriam realizar os investimentos necessários naquele concelho, tanto mais que existem fundos comunitários (Fundo de Coesão) para a respectiva realização. Observou, que os quadros anexos à presente proposta, são simulações elaboradas por técnicos, julgando que tiveram em conta na evolução, o dado objectivo da população e o crescimento do número de consumidores de água e de saneamento, em função das obras que irão ser realizadas. Afirmou, que a AR – Águas do Ribatejo tem que fazer face a um plano de investimentos nas áreas dos seis Municípios, que é extraordinariamente exigente até ao ano de dois mil e catorze, na ordem dos cento e trinta milhões de euros, andando as participações á volta dos sessenta e seis por cento, pelo que aquela empresa intermunicipal terá que realizar um empréstimo de mais trinta e nove milhões de euros. Disse, que certamente esses empréstimos, a partir do período de deferimento, ir-se-ão reflectir nas contas, estando previsto haver um aumento de cerca de oito por cento em dois mil e onze, e um de cinco por cento em dois mil e doze, percentagens que serão corrigidas com a taxa de inflação anual, apenas havendo outro aumento em dois mil e vinte. Acrescentou, que se trata, no fundo, dum estudo de sustentabilidade da integração do Município de Torres Novas. Afirmou, que uma empresa intermunicipal como a AR – Águas do Ribatejo não tem interesse em ter uma TIR da dimensão da apresentada (cerca de doze por cento), o que decerto iria afectar a tarifa, quando se pretende ter naquele sistema, a tarifa mais baixa possível. Concluiu, dizendo que depois das obras realizadas, a taxa de esforço será bem menor e a rentabilidade do sistema será maior, o que dá a garantia de que este sistema é integrado de alta e baixa, tem sustentabilidade, futuro, e garante sempre uma tarifa mais baixa do que qualquer outro sistema intermunicipal.

— **O autarca Ricardo Oliveira, pedindo o uso da palavra**, considerou que se pode ter passado com alguma ligeireza por algo que para si é grave, no que diz respeito aos trabalhos da Assembleia Municipal, realçando que alguns dos autarcas que normalmente recebem a documentação por *email*, como é o seu caso, não foi receptor de todos os documentos que integram a proposta em análise. —

— **A autarca Margarida Netto** informou, que também ela não recebeu toda a documentação relativa ao presente ponto da Ordem do Dia. —

— **O Presidente da Mesa da Assembleia** considerou justa a crítica, e afirmou que iria averiguar qual o motivo para tal ter sucedido. —

— **Colocada a votação a proposta de alteração aos Estatutos da AR – Águas do Ribatejo, foi a mesma aprovada por maioria, com vinte votos a favor da Coligação Democrática Unitária (catorze), Partido Socialista (quatro), Bloco de Esquerda (um) e Centro Democrático Social/Partido Popular (um), e quatro abstenções do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.** —

— **PONTO 10 – SAÍDA DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO** – Apreciação e eventual aprovação, nos termos do disposto na alínea I) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção introduzida pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro: —

— **Dada a palavra ao Presidente do Executivo**, este explicitou que se pretende que a Assembleia Municipal tome conhecimento da intenção de alienação da participação social por parte do Município da Golegã, autorize que essa participação social possa ser adquirida pelo Município de Torres Novas, ou pelos actuais sócios da AR – Águas do Ribatejo, e autorize esta empresa intermunicipal a alienar os bens, em espécie, do Município da Golegã. —

— **Não se registaram intervenções, tendo o presente ponto sido posto à votação, na sequência da qual foi a saída do Município da Golegã da AR – Águas do Ribatejo aprovada por maioria, com vinte votos a favor da Coligação Democrática Unitária (catorze), Partido Socialista (quatro), Bloco de Esquerda (um) e Centro Democrático Social/Partido Popular (um), e quatro abstenções do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.** —

— **PONTO 11 – ENTRADA DO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS NA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO** – Apreciação e eventual aprovação, nos termos do disposto na alínea I)

do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção introduzida pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro: _____

— **Dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal**, o autarca explicitou, que se requer autorização à Assembleia Municipal, para deliberar sobre um aumento de capital da AR – Águas do Ribatejo, a subscrever pelo Município de Torres Novas nos termos constantes da análise anexa, e que o órgão deliberativo autorize que o capital social do Município da Golegã seja alienado pelo Município de Torres Novas, nos termos que a AR – Águas do Ribatejo e os referidos Municípios entendam por conveniente. _____

— **Não se registaram intervenções, tendo o presente ponto sido posto à votação, na sequência da qual foi a entrada do Município de Torres Novas na AR – Águas do Ribatejo aprovada por maioria, com vinte votos a favor da Coligação Democrática Unitária (catorze), Partido Socialista (quatro), Bloco de Esquerda (um) e Centro Democrático Social/Partido Popular (um), e quatro abstenções do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.** _____

— **PONTO 12 – RECTIFICAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO** – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea l) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção introduzida pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro: _____

— **Concedida a palavra ao Presidente da Câmara Municipal**, o autarca informou, que a rectificação em apreço, se prende com o facto da denominação AR – Águas do Ribatejo, EIM (Empresa Intermunicipal), de acordo com a lei, ter de passar a AR – Águas do Ribatejo, EM (Empresa Municipal), sendo o estatuto de empresa municipal que se aplica a esta intermunicipalidade, e onde se lê “*Sector Empresarial do Estado*”, passa a ler-se “*Sector Empresarial Local*”. _____

— **Não se registaram intervenções, tendo o presente ponto sido posto à votação, na sequência da qual foi a rectificação aos Estatutos da AR – Águas do Ribatejo aprovada por unanimidade.** _____

— **ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL.** _____

— **Dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal**, este dispensou uma intervenção inicial, colocando-se à disposição dos autarcas presentes para todas as questões que entendam dever colocar. _____

— **Nelson Lopes** – Têm decorrido ultimamente no Município, acontecimentos de importância para os quais os membros da Assembleia Municipal têm sido esquecidos, nomeadamente as comemorações do Cinco de Outubro e da implantação da República, o Dia da Memória e a assinatura do protocolo com o Instituto da Droga e da Toxicodependência. Sugeriu, que a Câmara Municipal passe a incluir os membros do órgão deliberativo na sua lista de convidados, dada a relevância dos eventos para todo o Município. —

– Congratulou-se com o facto de não haver uma única intervenção dos restantes eleitos relativamente à actividade da Câmara Municipal nos últimos três meses, facto que, para além do adiantado da hora, certamente se prende com a boa gestão que tem sido feita. —

— Em resposta ao autarca Nelson Lopes, o **Presidente da Câmara Municipal** afirmou ter tomado boa nota, e aceitou a crítica eventualmente justa acerca dos convites aos membros da Assembleia Municipal, para eventos como as comemorações do Cinco de Outubro. Desconhecendo que tal tivesse ocorrido, seguramente que a Senhora Vereadora Gabriela dos Santos analisará junto dos respectivos serviços, as razões para tal lapso. Esclareceu, que fora convidado a assinar o protocolo com o Instituto da Droga e da Toxicodependência, em representação do Executivo, tendo sido pedido o Salão Nobre da Câmara Municipal para o efeito, e apenas foram convidados representantes das escolas, das forças de segurança e os técnicos da Associação PAR - Respostas Sociais que subscreveram o protocolo. Quanto ao Dia da Memória, foi o Governo Civil que endereçou os respectivos convites. —

— **Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu por terminada a discussão da Ordem do Dia, agradeceu a presença dos membros da Câmara Municipal, desejou Boas Festas a todo o Executivo e aos membros da Assembleia Municipal, e anunciou que se iria proceder à preparação e leitura das minutas das deliberações dos Pontos Um, Dois, Três, Quatro, Seis, Sete, Oito, Nove, Dez, Onze e Doze da Ordem de Trabalhos, as quais, após a respectiva votação, foram aprovadas por unanimidade.** —

— Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente Sessão, às vinte horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezassete de Dezembro de dois mil e dez, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente

Acta, que foi apreciada e votada na I Sessão Ordinária deste Órgão Autárquico, do corrente ano, realizada no dia 24 de Fevereiro de 2011, tendo sido aprovada por unanimidade, com as alterações propostas, sendo rubricada e assinada por todos os elementos da Mesa da Assembleia Municipal. _____

A Primeira Secretária

O Presidente,

A Segunda Secretária
